

Spes non confundit - Bula de proclamação do Jubileu de 2025

“Spes non confundit – A esperança não decepciona” (Rm 5, 5) é o título da Bula de proclamação do Ano Santo de 2025. O Papa invoca a esperança como dom no Jubileu 2025; a esperança é o bálsamo que Francisco quer derramar sobre as feridas de uma humanidade oprimida pela “brutalidade da violência”.

SPES NON CONFUNDIT

*Bula de Proclamação do Jubileu
Ordinário do Ano 2025*

FRANCISCO

BISPO DE ROMA

SERVO DOS SERVOS DE DEUS

A QUANTOS LEREM ESTA CARTA

QUE A ESPERANÇA LHES ENCHA O
CORAÇÃO

1. “*Spes non confundit* – A esperança não decepciona” (*Rm 5, 5*). Sob o sinal da esperança, o apóstolo Paulo infunde coragem à comunidade cristã de Roma. A esperança é também a mensagem central do próximo Jubileu, que, segundo uma antiga tradição, o Papa proclama de vinte e cinco em vinte e cinco anos. Penso em todos os *peregrinos de esperança*, que chegarão a Roma para viver o Ano Santo e em quantos,

não podendo vir à Cidade dos apóstolos Pedro e Paulo, vão celebrá-lo nas Igrejas particulares. Possa ser, para todos, um momento de encontro vivo e pessoal com o Senhor Jesus, “porta” de salvação (cf. *Jo 10, 7.9*); com Ele, que a Igreja tem por missão anunciar sempre, em toda a parte e a todos, como sendo a “nossa esperança” (*1 Tm 1, 1*).

Todos esperam. No coração de cada pessoa, encerra-se a esperança como desejo e expectativa do bem, apesar de não saber o que trará consigo o amanhã. Porém, esta imprevisibilidade do futuro faz surgir sentimentos às vezes contrapostos: desde a confiança ao medo, da serenidade ao desânimo, da certeza à dúvida. Muitas vezes encontramos pessoas desanimadas que olham, com ceticismo e pessimismo, para o futuro como se nada lhes pudesse proporcionar felicidade. Que o Jubileu seja, para

todos, ocasião de reanimar a esperança! A Palavra de Deus ajudanos a encontrar as razões para isso. Deixemo-nos guiar pelo que o apóstolo Paulo escreve precisamente aos cristãos de Roma.

Uma Palavra de esperança

2. “Justificados pela fé, estamos em paz com Deus, pela mediação do Senhor nosso, Jesus Cristo. Por ele tivemos acesso, pela fé, a esta graça, na qual estamos firmes e nos gloriamos, na esperança da glória de Deus (...). A esperança não decepciona, porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado” (*Rm 5, 1-2.5*). São Paulo oferece-nos aqui vários pontos de reflexão. Sabemos que a Carta aos Romanos assinala uma passagem decisiva na sua atividade evangelizadora. Até então, desenvolveu-a na zona oriental do

Império; agora espera-o Roma com tudo o que esta representa aos olhos do mundo: um grande desafio, que há de enfrentar em nome do anúncio do Evangelho, que não conhece barreiras nem fronteiras. A Igreja de Roma não foi fundada por Paulo, mas este sente um vivo desejo de chegar lá assim que possível, para levar a todos o Evangelho de Jesus Cristo, morto e ressuscitado, como anúncio da esperança que realiza as promessas, introduz na glória e não desilude porque está fundada no amor.

3. Com efeito, a esperança nasce do amor e funda-se no amor que brota do Coração de Jesus trespassado na cruz: “Quando éramos inimigos de Deus, fomos reconciliados com ele pela morte do seu Filho; quanto mais agora, estando já reconciliados, seremos salvos por sua vida” (Rm 5, 10). E a sua vida manifesta-se na nossa vida de fé, que começa com o

Batismo, desenvolve-se na docilidade à graça de Deus e é por isso animada pela esperança, sempre renovada e tornada inabalável pela ação do Espírito Santo.

Na verdade, é o Espírito Santo, com a sua presença perene no caminho da Igreja, que irradia nos cristãos a luz da esperança: mantém-na acesa como uma tocha que nunca se apaga, para dar apoio e vigor à nossa vida. Com efeito a esperança cristã não engana nem desilude, porque está fundada na certeza de que nada e ninguém poderá jamais separar-nos do amor divino: “Quem nos separará do amor de Cristo? Tribulação? Angústia? Perseguição? Fome? Nudez? Perigo? Espada? (...) Mas, em tudo isso, somos mais que vencedores, graças àquele que nos amou! Tenho a certeza que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os poderes celestiais, nem o presente nem o futuro, nem as forças

cósmicas, nem a altura, nem a profundezas, nem outra criatura qualquer será capaz de nos separar do amor de Deus por nós, manifestado em Cristo Jesus, nosso Senhor” (*Rm 8, 35.37-39*). Por isso mesmo esta esperança não cede nas dificuldades: funda-se na fé e é alimentada pela caridade, permitindo assim avançar na vida. A propósito escreve Santo Agostinho: “Em qualquer modo de vida, não se pode passar sem estas três propensões da alma: crer, esperar, amar”.^[1]

4. São Paulo é muito realista. Sabe que a vida é feita de alegrias e sofrimentos, que o amor é posto à prova quando aumentam as dificuldades e a esperança parece desmoronar-se diante do sofrimento. E, no entanto, escreve: “pois nos gloriamos também de nossas tribulações, sabendo que a tribulação gera a constância, a constância leva a

uma virtude provada, a virtude provada desabrocha em esperança” (Rm 5, 3-4). Para o Apóstolo, a tribulação e o sofrimento são as condições típicas de todos aqueles que anunciam o Evangelho em contextos de incompreensão e perseguição (cf. 2 Cor 6, 3-10). Mas em tais situações, através da escuridão, vislumbra-se uma luz: descobre-se que a evangelização é sustentada pela força que brota da cruz e da ressurreição de Cristo. Isto faz crescer uma virtude, que é parente próxima da esperança: a *paciência*. Habituamo-nos a querer tudo e agora, num mundo onde a pressa se tornou uma constante. Já não há tempo para nos encontrarmos e, com frequência, as próprias famílias sentem dificuldade para se reunir e falar calmamente. A paciência foi posta em fuga pela pressa, causando grave dano às pessoas; com efeito sobrevêm a intolerância, o nervosismo e, às

vezes, a violência gratuita, gerando insatisfação e isolamento.

Além disso, na era da *internet*, onde o espaço e o tempo são suplantados pelo “aqui e agora”, a paciência deixou de ser de casa. Se ainda fôssemos capazes de admirar a criação, poderíamos compreender como é decisiva a paciência. Esperar a alternância das estações com os seus frutos; observar a vida dos animais e os ciclos do respectivo desenvolvimento; ter os olhos simples de São Francisco, que no seu *Cântico das Criaturas*, escrito precisamente há 800 anos, sentia a criação como uma grande família, chamando “irmão” ao sol e, à lua, “irmã”.^[2] Redescobrir a paciência faz bem a nós próprios e aos outros. Frequentemente São Paulo recorre à paciência para sublinhar a importância da perseverança e da confiança naquilo que nos foi prometido por Deus, mas sobretudo

testemunha que Deus é paciente conosco: Ele, que é “o Deus paciente e encorajador” (*Rm 15, 5*). A paciência – fruto também ela do Espírito Santo – mantém viva a esperança e consolida-a como virtude e estilo de vida. Por isso, aprendamos a pedir muitas vezes a graça da paciência, que é filha da esperança e, ao mesmo tempo, seu suporte.

Um caminho de esperança

5. Deste entrelaçamento de esperança e paciência, resulta claro que a vida cristã é *um caminho*, que precisa também de *momentos fortes* para nutrir e robustecer a esperança, insubstituível companheira que permite vislumbrar a meta: o encontro com o Senhor Jesus. Apraz-me pensar que um percurso de graça, animado pela espiritualidade popular, tenha antecedido a proclamação do primeiro Jubileu em

1300. Com efeito, não podemos esquecer as diversas formas através das quais se derramou com abundância a graça do perdão sobre o santo Povo fiel de Deus.

Recordemos, por exemplo, o grande “perdão” que São Celestino V quis conceder a quantos iam à Basílica de Santa Maria de Collemaggio, em Áquila, nos dias 28 e 29 de agosto de 1294, seis anos antes do Papa Bonifácio VIII instituir o Ano Santo.

Por isso, a Igreja já tinha a experiência da graça jubilar da misericórdia. E antes ainda, em 1216, o Papa Honório III acolhera a súplica de São Francisco, que pedia a indulgência para quantos tivessem visitado a Porciúncula nos dois primeiros dias de agosto. O mesmo se pode dizer da peregrinação a Santiago de Compostela: de fato, o Papa Calisto II, em 1122, concedeu que se celebrasse o Jubileu naquele Santuário sempre que a festa do apóstolo Tiago caísse num domingo.

É bom que continue esta modalidade “generalizada” de celebrações jubilares, de modo que a força do perdão de Deus sustente e acompanhe o caminho das comunidades e das pessoas.

Não é por acaso que *a peregrinação* representa um elemento fundamental de todo o evento jubilar. Pôr-se a caminho é típico de quem procura o sentido da vida. A peregrinação a pé favorece muito a redescoberta do valor do silêncio, do esforço, da essencialidade. Também no próximo ano, os *peregrinos de esperança* não deixarão de percorrer caminhos antigos e modernos para viver intensamente a experiência jubilar. Além disso, na própria cidade de Roma, haverá itinerários de fé que se juntarão aos tradicionais das catacumbas e das Sete Igrejas. Deslocar-se de um país a outro como se as fronteiras estivessem superadas, passar de uma cidade a

outra contemplando a criação e as obras de arte, permitirá acumular experiências e culturas diferentes e levar dentro de si, harmonizada pela oração, a beleza que faz agradecer a Deus as maravilhas que Ele realizou. As igrejas jubilares, ao longo dos percursos e em Roma, poderão ser oásis de espiritualidade onde é possível restaurar o caminho da fé e saciar a sede nas fontes da esperança, a começar pelo sacramento da Reconciliação, ponto de partida insubstituível de um verdadeiro caminho de conversão. Nas Igrejas particulares, deve ser dada uma atenção especial à preparação dos sacerdotes e dos fiéis para as Confissões e para o acesso a este sacramento na sua forma individual.

Aos fiéis das Igrejas Orientais, sobretudo àqueles que já estão em plena comunhão com o Sucessor de Pedro, quero dirigir um convite

particular a cumprir esta peregrinação. Eles que tanto sofreram, muitas vezes até à morte, pela sua fidelidade a Cristo e à Igreja, hão de sentir-se particularmente bem-vindos a Roma, que também é Mãe para eles e conserva tantas memórias da sua presença. A Igreja Católica, que está enriquecida pelas suas liturgias muito antigas e pela teologia e espiritualidade dos Padres, monges e teólogos, quer exprimir simbolicamente o acolhimento deles e dos irmãos e irmãs ortodoxos, num tempo em que vivem já a peregrinação da Via-Sacra, sendo muitas vezes obrigados a deixar as suas terras de origem, as suas terras santas, de onde a violência e a instabilidade os expulsam rumo a países mais seguros. Para eles, a experiência de ser amados pela Igreja, que não os abandonará mas há de acompanhá-los para onde quer que forem, torna ainda mais forte o sinal do Jubileu.

6. O Ano Santo de 2025 está em continuidade com os anteriores eventos de graça. No último Jubileu ordinário, atravessou-se o limiar dos dois mil anos do nascimento de Jesus Cristo. Em seguida, no dia 13 de março de 2015, proclamei um Jubileu extraordinário com o objetivo de manifestar e permitir encontrar o “Rosto da misericórdia” de Deus,^[3] anúncio central do Evangelho para toda a pessoa e em cada época. Agora chegou o momento de um novo Jubileu, em que se abre novamente de par em par a Porta Santa para oferecer a experiência viva do amor de Deus, que desperta no coração a esperança segura da salvação em Cristo. Ao mesmo tempo, este Ano Santo orientará o caminho rumo a outra data fundamental para todos os cristãos: de fato, em 2033, celebrar-se-ão os dois mil anos da Redenção, realizada por meio da paixão, morte e ressurreição do Senhor Jesus. Abre-se, assim, diante

de nós um percurso marcado por grandes etapas, nas quais a graça de Deus precede e acompanha o povo que caminha zeloso na fé, diligente na caridade e perseverante na esperança (cf. *1 Ts 1, 3*).

Sustentado por tão longa tradição e certo de que este Ano Jubilar poderá ser, para toda a Igreja, uma intensa experiência de graça e de esperança, estabeleço que a Porta Santa da Basílica de São Pedro, no Vaticano, seja aberta a 24 de dezembro do corrente ano de 2024, iniciando-se assim o Jubileu Ordinário. No domingo seguinte, 29 de dezembro de 2024, abrirei a Porta Santa da minha catedral de São João de Latrão, que celebrará, no dia 9 de novembro deste ano, 1700 anos da sua dedicação. Posteriormente, no dia 1 de janeiro de 2025, Solenidade de Santa Maria Mãe de Deus, será aberta a Porta Santa da Basílica Papal de Santa Maria Maior. Por fim,

no domingo 5 de janeiro de 2025, será aberta a Porta Santa da Basílica Papal de São Paulo Fora dos Muros. Estas últimas três Portas Santas serão fechadas no domingo 28 de dezembro do mesmo ano.

Estabeleço ainda que, no domingo 29 de dezembro de 2024, em todas as catedrais e concatedrais, os Bispos diocesanos celebrem a Santa Missa como abertura solene do Ano Jubilar, segundo o Ritual que será preparado para a ocasião. Quanto à celebração na igreja concatedral, o Bispo poderá ser substituído por um Delegado, propositadamente designado. A peregrinação, desde a igreja escolhida para a concentração até à catedral, seja o sinal do caminho de esperança que, iluminado pela Palavra de Deus, une os cristãos. Durante o percurso, leiam-se algumas passagens deste Documento e anuncie-se ao povo a Indulgência Jubilar, que poderá ser obtida

segundo as prescrições contidas no mesmo Ritual para a celebração do Jubileu nas Igrejas particulares.

Durante o Ano Santo, que terminará nas Igrejas particulares no domingo 28 de dezembro de 2025, zele-se para que o Povo de Deus possa acolher, com plena participação, tanto o anúncio de esperança da graça de Deus, como os sinais que atestam a sua eficácia.

O Jubileu Ordinário terminará com o encerramento da Porta Santa da Basílica Papal de São Pedro, no Vaticano, na solenidade da Epifania do Senhor, dia 6 de janeiro de 2026. Que a luz da esperança cristã chegue a cada pessoa, como mensagem do amor de Deus dirigida a todos. E que a Igreja seja testemunha fiel deste anúncio em todas as partes do mundo.

Sinais de esperança

7. Além de beber a esperança na graça de Deus, somos também chamados a descobri-la nos *sinais dos tempos*, que o Senhor oferece. Como afirma o Concílio Vaticano II, “é dever da Igreja investigar a todo o momento os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do Evangelho; para que assim possa responder, de modo adaptado em cada geração, às eternas perguntas dos homens acerca do sentido da vida presente e da futura, e da relação entre ambas”.

^[4] Por isso, para não cair na tentação de nos considerarmos subjugados pelo mal e pela violência, é necessário prestar atenção a tanto bem que existe no mundo. Porém, os sinais dos tempos, que contêm o anseio do coração humano, carecido da presença salvífica de Deus, pedem para ser transformados em sinais de esperança.

8. Que o primeiro sinal de esperança se traduza em *paz* para o mundo,

mais uma vez imerso na tragédia da guerra. Esquecida dos dramas do passado, a humanidade encontra-se de novo submetida a uma difícil prova que vê muitas populações oprimidas pela brutalidade da violência. Faltará ainda a esses povos algo que não tenham já sofrido? Como é possível que o seu desesperado grito de ajuda não impulsionie os responsáveis das Nações a querer terminar os demasiados conflitos regionais, cientes das consequências que daí podem derivar a nível mundial? Será excessivo sonhar que as armas se calem e deixem de difundir destruição e morte? O Jubileu recorde que serão “chamados filhos de Deus” todos aqueles que “promovem a paz” (*Mt 5, 9*). A necessidade da paz interpela a todos e impõe a prossecução de projetos concretos. Que não falte o empenho da diplomacia para construir, de forma corajosa e criativa, espaços de

negociação em vista de uma paz duradoura.

9. Olhar para o futuro com esperança equivale a ter também uma visão da vida carregada de entusiasmo para transmitir. Infelizmente, em muitas situações, temos de constatar que falta esta perspectiva. A primeira consequência é a *perda do desejo de transmitir a vida*. Por causa dos ritmos frenéticos da vida, dos receios face ao futuro, da falta de garantias laborais e de adequada proteção social, de modelos sociais ditados mais pela procura do lucro do que pelo cuidado das relações humanas, assiste-se em vários países a uma preocupante *queda da natalidade*. Já em outros contextos, “culpar o incremento demográfico em vez do consumismo exacerbado e seletivo de alguns é uma forma de não enfrentar os problemas”.^[5]

A abertura à vida, com uma maternidade e uma paternidade responsáveis, é o projeto que o Criador inscreveu no coração e no corpo dos homens e das mulheres, uma missão que o Senhor confia aos cônjuges e ao seu amor. Além do empenho legislativo dos Estados, é urgente que não lhes falte o apoio convicto das comunidades cristãs e de toda a comunidade civil em todas as suas componentes, porque o *desejo dos jovens de gerar novos filhos e filhas*, como fruto da fecundidade do seu amor, dá futuro a toda a sociedade e é uma questão de esperança: depende da esperança e gera esperança.

Por isso, a comunidade cristã deve ser a primeira a apoiar a necessidade de uma *aliança social em prol da esperança*, que seja inclusiva e não ideológica, e trabalhe por um futuro marcado pelo sorriso de tantos meninos e meninas que, em muitas

partes do mundo, venham encher os demasiados berços vazios. Todos, na realidade, sentem a necessidade de recuperar a alegria de viver, porque o ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus (cf. *Gn 1, 26*), não pode contentar-se com sobreviver ou ir vivendo nem se conformar com o tempo presente, satisfazendo-se com realidades apenas materiais. Isto fecha-nos no individualismo e corrói a esperança, gerando uma tristeza que se aninha no coração, tornando-nos amargos e impacientes.

10. No Ano Jubilar, seremos chamados a ser sinais palpáveis de esperança para muitos irmãos e irmãs que vivem em condições de dificuldade. Penso nos *presos* que, privados de liberdade, além da dureza da reclusão, experimentam dia a dia o vazio afetivo, as restrições impostas e, em não poucos casos, a falta de respeito. Proponho aos

Governos que, no Ano Jubilar, tomem iniciativas que lhes restituam esperança: formas de amnistia ou de perdão da pena, que ajudem as pessoas a recuperar a confiança em si mesmas e na sociedade; percursos de reinserção na comunidade, aos quais corresponda um compromisso concreto de cumprir as leis.

Trata-se de um apelo antigo que, provindo da Palavra de Deus, permanece com todo o seu valor sapiencial ao invocar atos de clemência e libertação que permitam recomeçar: “Santificareis o quinquagésimo ano e proclamareis no país a liberdade para todos os seus habitantes” (*Lv 25, 10*). O que está estabelecido na Lei mosaica é retomado pelo profeta Isaías: “O Senhor (...) mandou-me levar a bo-
nova aos pobres, curar os corações feridos, proclamar a anistia aos detentos, a libertação aos prisioneiros, promulgar o ano da

graça” (*Is 61, 1-2*). São palavras que Jesus fez suas no início do seu ministério, declarando em Si mesmo o cumprimento do “um ano da graça do Senhor” (*Lc 4, 19*). Em todos os cantos da terra, os cristãos, especialmente os Pastores, façam-se intérpretes destes pedidos, formando uma só voz que peça corajosamente condições dignas para quem está recluso, respeito pelos direitos humanos e sobretudo a abolição da pena de morte, uma medida inadmissível para a fé cristã que aniquila qualquer esperança de perdão e renovação.^[6] A fim de oferecer aos presos um sinal concreto de proximidade, eu mesmo desejo abrir uma Porta Santa numa prisão, para que seja para eles um símbolo que os convida a olhar o futuro com esperança e renovado compromisso de vida.

11. Sinais de esperança hão de ser oferecidos aos *doentes*, que se

encontram em casa ou no hospital. Que os seus sofrimentos encontrem alívio na proximidade de pessoas que os visitem e no carinho que recebem! As obras de misericórdia são também obras de esperança, que despertam nos corações sentimentos de gratidão. E que a gratidão chegue a todos os profissionais de saúde que, em condições tantas vezes difíceis, desempenham a sua missão com solícito cuidado pelas pessoas doentes e mais frágeis.

Que não falte a atenção inclusiva por todos aqueles que, encontrando-se em condições de vida particularmente extenuantes, experimentam a sua própria fragilidade, de modo especial se sofrem de patologias ou deficiências que limitam fortemente a autonomia pessoal. O cuidado para com eles é um hino à dignidade humana, um canto de esperança que exige a sincronização de toda a sociedade.

12. E de sinais de esperança também têm necessidade aqueles que, em si mesmos, a representam: os *jovens*. Muitas vezes, infelizmente, veem desmoronar-se os seus sonhos. Não os podemos decepcionar: o futuro funda-se no seu entusiasmo. Como é belovê-los irradiar energia, por exemplo, quando voluntariamente arregaçam as mangas e se comprometem nas situações de calamidade e mal-estar social! Já é triste ver jovens sem esperança; se bem que se torna inevitável viver o presente na melancolia e no tédio quando o futuro é incerto e impermeável aos sonhos, o estudo não oferece saídas e a falta de emprego ou de um trabalho suficientemente estável corre o risco de suprimir os desejos. A ilusão das drogas, o risco da transgressão e a busca do efêmero criam nos jovens, mais do que nos outros, confusão e escondem-lhes a beleza e o sentido da vida, fazendo-os escorregar para

abismos escuros e impelindo-os a gestos autodestrutivos. Por isso, que o Jubileu seja, na Igreja, ocasião para um impulso a favor deles: com renovada paixão, cuidemos dos adolescentes, dos estudantes, dos namorados, das gerações jovens! Mantenhamo-nos próximo dos jovens, alegria e esperança da Igreja e do mundo!

13. Não poderão faltar sinais de esperança em relação aos *migrantes*, que deixam a sua terra à procura de uma vida melhor para si e para as suas famílias. Que as suas expectativas não sejam frustradas por preconceitos e isolamentos! Ao acolhimento, que no respeito pela sua dignidade abre os braços a cada um deles, junte-se a responsabilidade, de modo que a ninguém seja negado o direito de construir um futuro melhor. A tantos *exilados, deslocados e refugiados* que, por acontecimentos internacionais

controversos, são forçados a fugir para evitar guerras, violência e discriminação, sejam garantidos a segurança e o acesso ao trabalho e à instrução, instrumentos necessários para a sua inserção no novo contexto social.

Possa a comunidade cristã estar sempre pronta a defender os direitos dos mais frágeis. Generosamente abra de par em par as portas do acolhimento, para que nunca falte a ninguém a esperança de uma vida melhor. Ressoe nos corações a Palavra do Senhor que, na grande parábola do juízo final, disse: “Era estrangeiro e me recebestes em casa”, porque “todas as vezes que fizestes isso a um dos menores de meus irmãos, foi a mim que o fizestes” (*Mt 25, 35.40*).

14. Sinais de esperança merecem os *idosos*, que muitas vezes experimentam a solidão e o

sentimento de abandono. Valorizar o tesouro que eles são, a sua experiência de vida, a sabedoria que trazem consigo e a contribuição que podem dar, é um empenho da comunidade cristã e da sociedade civil, chamadas a trabalhar em conjunto em prol da aliança entre as gerações.

Dirijo um pensamento particular aos *avôs e às avós*, que representam a transmissão da fé e da sabedoria de vida às gerações mais jovens. Sejam amparados pela gratidão dos filhos e pelo amor dos netos, que neles encontram as suas raízes, compreensão e estímulo.

15. E sentidamente, invoco a esperança para os milhares de milhões de *pobres*, a quem muitas vezes falta o necessário para viver. Face à sucessão de renovadas ondas de empobrecimento, corre-se o risco de nos habituarmos e resignarmos.

Mas não podemos desviar o olhar de situações tão dramáticas, que se veem já em todos os lugares, e não apenas em certas zonas do mundo. Todos os dias encontramos pessoas pobres ou empobrecidas e, às vezes, podem ser nossas vizinhas de casa. Frequentemente, não têm onde morar nem alimentação suficiente para o dia. Sofrem a exclusão e a indiferença de muitos. É escandaloso que, num mundo dotado de enormes recursos destinados em grande parte para armas, os pobres sejam “a maioria (...), milhares de milhões de pessoas. Hoje são mencionados nos debates políticos e econômicos internacionais, mas com frequência parece que os seus problemas se coloquem como um apêndice, como uma questão que se acrescenta quase por obrigação ou perifericamente, quando não são considerados meros danos colaterais. Com efeito, na hora da implementação concreta, permanecem frequentemente no

último lugar”.^[7] Não esqueçamos: os pobres são quase sempre vítimas, não os culpados.

Apelos em favor da esperança

16. Fazendo ecoar a palavra antiga dos profetas, o Jubileu lembra que os *bens da terra* se destinam a todos, e não a poucos privilegiados. É preciso que seja generoso quem possui riquezas, reconhecendo o rosto dos irmãos em necessidade. Penso de modo particular naqueles que carecem de água e alimentação: a fome é uma chaga escandalosa no corpo da nossa humanidade, e exige que todos despertem sua consciência. Renovo o apelo para que, “com o dinheiro usado em armas e outras despesas militares, constituamos um Fundo global para acabar de vez com a fome e para o desenvolvimento dos países mais pobres, a fim de que os seus habitantes não recorram a soluções

violentas ou enganadoras, nem precisem de abandonar os seus países à procura de uma vida mais digna”.^[8]

Outro convite premente que desejo fazer, tendo em vista o Ano Jubilar, destina-se às nações mais ricas, para que reconheçam a gravidade de muitas decisões tomadas e estabeleçam *o perdão das dívidas* dos países que nunca poderão pagá-las. Mais do que magnanimidade, é uma questão de justiça, agravada hoje por uma nova forma de desigualdade de que se vai tomando consciência: “Com efeito, há uma verdadeira ‘dívida ecológica’, particularmente entre o Norte e o Sul, ligada a desequilíbrios comerciais com consequências no âmbito ecológico e com o uso desproporcionado dos recursos naturais efetuado historicamente por alguns países”.

^[9]Como ensina a Sagrada Escritura, a terra pertence a Deus e todos nós

vivemos nela como “estrangeiros e hóspedes” (*Lv 25, 23*). Se queremos verdadeiramente preparar no mundo a senda da paz, empenhemos em remediar as causas remotas das injustiças, reformulemos as dívidas injustas e insolventes, saciemos os famintos.

17. Durante o próximo Jubileu, ocorrerá um aniversário muito significativo para todos os cristãos: completam-se *1700 anos da celebração do primeiro grande Concílio ecumênico, o de Niceia*. É bom lembrar que já em diversas ocasiões, desde os tempos apostólicos, os Pastores se reuniram em assembleia com a finalidade de tratar temáticas doutrinais e questões disciplinares. Nos primeiros séculos da fé, multiplicaram-se os Sínodos tanto no Oriente como no Ocidente cristão, mostrando como era importante guardar a unidade do Povo de Deus e o anúncio fiel do

Evangelho. O Ano Jubilar poderá ser uma importante oportunidade para tornar concreto este modo sinodal, que hoje a comunidade cristã sente como expressão cada vez mais necessária para melhor corresponder à urgência da evangelização: todos os batizados, cada qual com o próprio carisma e ministério, se sintam responsáveis pela mesma a fim de que muitos sinais de esperança deem testemunho da presença de Deus no mundo.

O Concílio de Niceia teve a missão de preservar a unidade, então seriamente ameaçada pela negação da plena divindade de Jesus Cristo e da sua igualdade com o Pai. Estiveram presentes cerca de trezentos Bispos que, convocados sob impulso do imperador Constantino em 20 de maio de 325, se reuniram no palácio imperial. Depois de vários debates, todos, com a graça do

Espírito, se reconheceram no Símbolo de fé que ainda hoje professamos no Celebração Eucarística dominical. Os Padres conciliares quiseram iniciar aquele Símbolo empregando pela primeira vez a expressão “Nós cremos”,^[10] testemunhando que, naquele “Nós”, todas as Igrejas se encontravam em comunhão e todos os cristãos professavam a mesma fé.

O Concílio de Niceia é um marco na história da Igreja. O aniversário da sua realização convida os cristãos a se unirem no louvor e agradecimento à Santíssima Trindade e, em particular, a Jesus Cristo, o Filho de Deus, “consubstancial ao Pai”,^[11] que nos revelou este mistério de amor. Mas Niceia constitui também um convite a todas as Igrejas e Comunidades eclesiais para avançarem rumo à unidade visível, não se cansando de procurar formas apropriadas para corresponder

plenamente à oração de Jesus: “Que todos sejam um como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, e para que eles estejam em nós, a fim de que o mundo creia que tu me enviaste” (Jo 17, 21).

O Concílio de Niceia também debateu a data da Páscoa. A este respeito, ainda hoje existem posições diferentes, que impedem de celebrar, no mesmo dia, o evento fundante da fé. Por uma circunstância providencial, isso acontecerá precisamente no ano de 2025. Seja isto um apelo a todos os cristãos do Oriente e do Ocidente para darem resolutamente um passo rumo à unidade em torno duma data comum para a Páscoa. Vale a pena recordar que muitos desconhecem as controvérsias do passado e não entendem como possam subsistir divisões a tal propósito.

Ancorados na esperança

18. A esperança forma, juntamente com a fé e a caridade, o tríptico das “virtudes teologais”, que exprimem a essência da vida cristã (cf. *1 Cor 13, 13; 1 Ts 1, 3*). No dinamismo indivisível das três, a esperança é a virtude que imprime, por assim dizer, a orientação, indicando a direção e a finalidade da existência cristão. Por isso, o apóstolo Paulo convida-nos a ser “alegres por causa da esperança, fortes nas tribulações, perseverantes na oração” (*Rm 12, 12*). Assim deve ser; precisamos transbordar de esperança (cf. *Rm 15, 13*) para testemunhar de modo credível e atraente a fé e o amor que trazemos no coração; para que a fé seja jubilosa, a caridade entusiasta; para que cada um seja capaz de oferecer ao menos um sorriso, um gesto de amizade, um olhar fraterno, uma escuta sincera, um serviço gratuito, sabendo que, no Espírito de Jesus, isso pode tornar-se uma semente fecunda de esperança para

quem o recebe. Mas qual é o fundamento da nossa esperança? Para compreender, é bom considerar as razões da nossa esperança (cf. 1 *Ped* 3, 15).

19. “Creio na *vida eterna*”:^[12] assim professa a nossa fé, e a esperança cristã encontra nestas palavras um ponto fundamental de apoio. De fato, “é a virtude teologal pela qual desejamos (...) a vida eterna como nossa felicidade”.^[13] O Concílio Ecumênico Vaticano II afirma: “Se faltam o fundamento divino e a esperança da vida eterna, a dignidade humana é gravemente lesada, como tantas vezes se verifica nos nossos dias, e os enigmas da vida e da morte, do pecado e da dor ficam sem solução, o que frequentemente leva os homens ao desespero”.^[14] Por outro lado, em virtude da esperança na qual fomos salvos, vendo passar o tempo, temos a certeza de que a história da humanidade e a de cada

um de nós não correm para uma meta sem saída nem para um abismo escuro, mas estão orientadas para o encontro com o Senhor da glória. Por isso vivemos na expectativa do seu regresso e na esperança de vivermos n'Ele para sempre: é com este espírito que fazemos nossa aquela comovente invocação dos primeiros cristãos com que termina a Sagrada Escritura: “Vem, Senhor Jesus!” (*Ap 22, 20*).

20. Jesus morto e ressuscitado é o coração da nossa fé. São Paulo, ao enunciar este conteúdo em poucas palavras (usa só quatro verbos), transmite-nos o “núcleo” da nossa esperança. “Transmiti-vos, em primeiro lugar, aquilo que eu mesmo tinha recebido, a saber: que Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras; que foi sepultado; que, ao terceiro dia, ressuscitou, segundo as Escrituras; e que apareceu a Cefas e, depois aos Doze” (*1 Cor 15, 3-5*).

Cristo *morreu, foi sepultado, ressuscitou, apareceu*. Por nós, passou através do drama da morte. O amor do Pai ressuscitou-O na força do Espírito, fazendo da sua humanidade as primícias da eternidade para a nossa salvação. A esperança cristã consiste precisamente nisto: face à morte onde tudo parece acabar, através de Cristo e da sua graça que nos foi comunicada no Batismo, recebe-se a certeza de que “a vida não é tirada, mas transformada”,^[15] para sempre. Com efeito, sepultados juntamente com Cristo no Batismo, recebemos n’Ele, ressuscitado, o dom de uma vida nova, que derruba o muro da morte, fazendo dela uma passagem para a eternidade.

E se diante da *morte*, dolorosa separação que nos obriga a deixar os nossos entes queridos, não é possível qualquer retórica, o Jubileu oferecer-nos-á a oportunidade de descobrir,

com imensa gratidão, o dom daquela vida nova recebida no Batismo, capaz de transfigurar o seu drama. É significativo repensar, no contexto jubilar, como este mistério foi compreendido desde os primeiros séculos da fé. Durante muito tempo, por exemplo, os cristãos construíram a pia batismal em forma octogonal, e ainda hoje podemos admirar muitos batistérios antigos que mantêm esta forma, como em São João de Latrão na cidade de Roma. Indica que, na fonte batismal, se inaugura o oitavo dia, isto é, o da ressurreição, o dia que ultrapassa o ritmo habitual, marcado pela cadência semanal, abrindo assim o ciclo do tempo à dimensão da eternidade, à vida que dura para sempre: esta é a meta para a qual tendemos na nossa peregrinação terrena (cf. *Rm 6, 22*).

O testemunho mais convincente desta esperança nos é oferecido pelos mártires que, firmes na fé em Cristo

ressuscitado, foram capazes de renunciar à própria vida da terra para não trair o seu Senhor. Temos mártires em todas as épocas e são numerosos – e talvez mais do que nunca nos nossos dias – como confessores da vida que não tem fim. Precisamos conservar o seu testemunho para tornar fecunda a nossa esperança.

Estes mártires, pertencentes às diferentes tradições cristãs, são também sementes de unidade, porque exprimem o ecumenismo do sangue. Durante o Jubileu desejo ardente que não falte uma celebração ecumênica para evidenciar a riqueza do testemunho destes Mártires.

21. Então, que será de nós depois da morte? Com Jesus, além deste limiar, há a vida eterna, que consiste na plena comunhão com Deus, na contemplação e participação do seu

amor infinito. Tudo o que agora vivemos na esperança, veremos então na realidade. A propósito, escreveu Santo Agostinho: “Quando estiver unido a ti com todo o meu ser, não mais sentirei dor ou cansaço. Minha vida será verdadeiramente vida, toda plena de ti”.^[16] Então, o que caracterizará tal plenitude de comunhão? O ser feliz. *A felicidade* é a vocação do ser humano, uma meta que diz respeito a todos.

Mas, o que é a felicidade? Que felicidade esperamos e desejamos? Não uma alegria passageira, uma satisfação efêmera que, uma vez alcançada, volta sempre a pedir mais, numa espiral de avidez em que o espírito humano nunca se encontra saciado, antes sente-se cada vez mais vazio. Precisamos de uma felicidade que se cumpra definitivamente naquilo que nos realiza, ou seja, no amor, para poder dizer já agora: sou amado, logo existo; e existirei para

sempre no Amor que não desilude e do qual nada e ninguém me poderá separar. Recordemos ainda as palavras do Apóstolo: “Tenho a certeza que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os poderes celestiais, nem o presente nem o futuro, nem as forças cósmicas, nem a altura, nem a profundezas, nem outra criatura qualquer será capaz de nos separar do amor de Deus por nós, manifestado em Cristo Jesus, nosso Senhor” (*Rm 8, 38-39*).

22. Outra realidade ligada à vida eterna é o *juízo de Deus*, quer no termo da nossa existência quer no fim dos tempos. Muitas vezes a arte tentou representá-lo – pensemos na obra-prima de Michelangelo, na Capela Sistina –, atendo-se à concepção teológica da época e transmitindo um sentimento de temor a quem o observa. Se é justo preparar-se com viva consciência e seriedade para o momento que

recapitula a existência, ao mesmo tempo é necessário fazê-lo sempre na dimensão da esperança, virtude teologal que sustenta a vida e nos permite não cair no medo. O juízo de Deus, que é amor (cf. *1 Jo 4, 8.16*), só poderá ser baseado no amor, especialmente naquele que tivermos, ou não, praticado para com os mais necessitados, nos quais Cristo, o próprio Juiz, está presente (cf. *Mt 25, 31-46*). Trata-se, portanto, de um juízo diferente do juízo dos homens e dos tribunais terrenos; deve ser entendido como uma relação de verdade com Deus-amor e consigo mesmo dentro do mistério insondável da misericórdia divina. A Sagrada Escritura afirma a este respeito: “ensinastes a vosso povo que o justo deve amar os seres humanos. Além disso destes a vossos filhos a bela esperança de que concedeis o arrependimento depois dos pecados (...), para que, quando somos julgados, contemos com vossa

misericórdia” (*Sab* 12, 19.22). Como escreveu Bento XVI, “no momento do Juízo, experimentamos e acolhemos este prevalecer do seu amor sobre todo o mal no mundo e em nós. A dor do amor torna-se a nossa salvação e a nossa alegria”.^[17]

Por conseguinte, o juízo diz respeito à salvação na qual esperamos e que Jesus nos obteve com a sua morte e ressurreição. Visa abrir ao encontro definitivo com Ele. E, como em tal contexto não se pode pensar que o mal cometido permaneça oculto, o mesmo precisa ser *purificado*, para nos permitir a passagem definitiva ao amor de Deus. Compreende-se, neste sentido, a necessidade de rezar por aqueles que concluíram o caminho terreno: uma solidariedade na intercessão orante que encontra a sua eficácia na comunhão dos santos, no vínculo comum que nos une em Cristo, primogênito da criação. Assim, a Indulgência Jubilar, em

virtude da oração, destina-se de modo particular a todos aqueles que nos precederam, para que obtenham plena misericórdia.

23. De fato, a *indulgência* permite-nos descobrir como é ilimitada a misericórdia de Deus. Não é por acaso que, na antiguidade, o termo “misericórdia” era cambiável com o de “indulgência”, precisamente porque pretende exprimir a plenitude do perdão de Deus que não conhece limites.

O *sacramento da Penitência* assegura-nos que Deus apaga os nossos pecados. Vêm à mente, com toda a sua carga de consolação, estas palavras do Salmo: “Pois ele te perdoa toda culpa, e cura toda a tua enfermidade; da sepultura ele salva a tua vida e te cerca de carinho e compaixão (...). O Senhor é indulgente, é favorável, é paciente, é bondoso e compassivo (...). Não nos

trata segundo os nossos pecados, nem nos castiga segundo as nossas culpas. Quanto os céus por sobre a terra se elevam, tanto é grande o seu amor aos que o temem: quanto dista o nascente do poente, tanto afasta para longe nossos crimes” (*Sal 103, 3-4.8.10-12*). A Reconciliação sacramental não é apenas uma estupenda oportunidade espiritual, mas representa um passo decisivo, essencial e indispensável no caminho de fé de cada um. Ali permitimos ao Senhor que destrua os nossos pecados, sare o nosso coração, nos levante e abrace, nos faça conhecer o seu rosto terno e compassivo. Na verdade, não há modo melhor de conhecer a Deus do que deixar-se reconciliar por Ele (cf. *2 Cor 5, 20*), saboreando o seu perdão. Por isso, não renunciemos à Confissão, mas descubramos a beleza do Sacramento da cura e da alegria, a beleza do perdão dos pecados.

Todavia o pecado, como sabemos por experiência pessoal, “deixa a sua marca”, traz consigo consequências: não só exteriores, como consequências do mal cometido, mas também interiores, pois “todo o pecado, mesmo venial, traz consigo um apego desordenado às criaturas, o qual precisa de ser purificado, quer nesta vida quer depois da morte, no estado que se chama Purgatório”.^[18]

Assim, na nossa débil humanidade atraída pelo mal, permanecem “efeitos residuais do pecado”. São tirados pela indulgência, sempre por graça de Cristo, o Qual, como escreveu São Paulo VI, é “a nossa ‘indulgência’”.^[19] A Penitenciaria Apostólica providenciará à emanação das disposições necessárias para poder obter e tornar efetiva a prática da Indulgência Jubilar.

Uma tal experiência repleta de perdão não pode deixar de abrir o

coração e a mente para *perdoar*. Perdoar não muda o passado, não pode modificar o que já aconteceu; no entanto, o perdão pode-nos permitir mudar o futuro e viver de forma diferente, sem rancor, ódio e vingança. O futuro iluminado pelo perdão permite ler o passado com olhos diversos, mais serenos, mesmo que ainda banhados de lágrimas.

No passado Jubileu extraordinário, instituí os *Missionários da Misericórdia*, que continuam a desempenhar uma missão importante. Que eles exerçam o seu ministério também durante o próximo Jubileu, restituindo esperança e perdoando todas as vezes que um pecador se dirija a eles de coração aberto e espírito arrependido. Continuem a ser instrumentos de reconciliação, e ajudem a olhar para o futuro com a esperança do coração que provém da misericórdia do Pai. Espero que os

Bispos possam valer-se do seu precioso serviço, sobretudo enviando-os onde a esperança está posta a dura prova, como nas prisões, nos hospitais e nos lugares onde a dignidade da pessoa é espezinhada, nas situações mais desfavorecidas e nos contextos de maior degradação, para que ninguém fique privado da possibilidade de receber o perdão e a consolação de Deus.

24. A esperança encontra, na *Mãe de Deus*, a sua testemunha mais elevada. N’Elas vemos como a esperança não é um efêmero otimismo, mas dom de graça no realismo da vida. Como todas as mães, cada vez que olhava para o Filho pensava no seu futuro, e certamente no coração trazia gravadas aquelas palavras que Simeão Lhe dirigira no templo: “Este menino vai ser causa tanto de queda como de reerguimento para muitos

em Israel. Ele será um sinal de contradição. Assim serão revelados os pensamentos de muitos corações. Quanto a ti, uma espada te traspassará a alma” (*Lc 2, 34-35*). E aos pés da cruz, enquanto via Jesus inocente sofrer e morrer, embora atravessada por terrível angústia, repetia o seu “sim”, sem perder a esperança e a confiança no Senhor. Desta forma, cooperava em nosso favor no cumprimento do que dissera seu Filho ao anunciar que Ele teria de “devia sofrer muito, ser rejeitado pelos anciãos, pelos sumos sacerdotes e doutores da Lei; devia ser morto, e ressuscitar depois de três dias” (*Mc 8, 31*), e no parto daquela dor oferecida por amor tornava-Se nossa Mãe, Mãe da esperança. Não é por acaso que a piedade popular continua a invocar a Virgem Santa como *Stella Maris*, um título expressivo da esperança segura de que, nas tempestuosas vicissitudes da vida, a Mãe de Deus vem em

nosso auxílio, apoia-nos e convida-nos a ter fé e a continuar a esperar.

A propósito, apraz-me recordar que o Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe, na Cidade do México, está se preparando para celebrar, em 2031, os 500 anos da primeira aparição da Virgem. Através do jovem Juan Diego, a Mãe de Deus fazia-nos chegar uma revolucionária mensagem de esperança que, ainda hoje, repete a todos os peregrinos e fiéis: “Porventura não estou aqui Eu, que sou tua Mãe?”^[20] Uma mensagem semelhante é impressa nos corações, em tantos Santuários Marianos espalhados pelo mundo, metas de inúmeros peregrinos que confiam à Mãe de Deus preocupações, sofrimentos e anseios. Neste Ano Jubilar, que os Santuários sejam lugares sagrados de acolhimento e espaços privilegiados para gerar esperança. Aos peregrinos que vierem a Roma, convido-os a fazer

uma parada orante nos Santuários Marianos da cidade a fim de venerar a Virgem Maria e invocar a sua proteção. Estou confiante de que todos, especialmente aqueles que sofrem e estão atribulados, poderão experimentar a proximidade da mais afetuosa das mães, que nunca abandona os seus filhos; Ela que é, para o santo Povo de Deus, “sinal de esperança segura e de consolação”.^[21]

25. No caminho rumo ao Jubileu, voltemos à Sagrada Escritura e sintamos, dirigidas a nós, estas palavras: “Nós que procuramos refúgio n’Ele, encontramos grande estímulo agarrando-nos à esperança proposta. Nessa esperança, temos como que uma âncora segura e firme da alma, que penetra até ao interior do véu, onde Jesus entrou como nosso precursor” (Heb 6, 18-20). É um forte convite a nunca perder a esperança que nos foi dada, a mantê-

la firme, encontrando refúgio em Deus.

A imagem da âncora é sugestiva para compreender a estabilidade e a segurança que possuímos no meio das águas agitadas da vida, se confiarmos no Senhor Jesus. As tempestades nunca poderão prevalecer, porque estamos ancorados na esperança da graça, capaz de nos fazer viver em Cristo, superando o pecado, o medo e a morte. Esta esperança, muito maior do que as satisfações cotidianas e as melhorias nas condições de vida, transporta-nos para além das provações e exorta-nos a caminhar sem perder de vista a grandeza da meta a que somos chamados: o Céu.

Portanto, o próximo Jubileu há de ser um Ano Santo caracterizado pela esperança que não conhece ocaso, a esperança em Deus. Que nos ajude também a reencontrar a confiança

necessária, tanto na Igreja como na sociedade, no relacionamento interpessoal, nas relações internacionais, na promoção da dignidade de cada pessoa e no respeito pela criação. Que o testemunho cristão seja fermento de esperança genuína no mundo, anúncio de novos céus e nova terra (cf. *2 Ped* 3, 13), onde habite a justiça e a harmonia entre os povos, visando a realização da promessa do Senhor.

Deixemo-nos, desde já, atrair pela esperança, consentindo-lhe que, por nosso intermédio, se torne contagiosa para os que a desejam. Possa a nossa vida dizer-lhes: “Confia no Senhor! Sê forte e corajoso, e confia no Senhor” (*Sal* 27, 14). Que a força da esperança encha o nosso presente, aguardando com confiança o regresso do Senhor Jesus Cristo, a Quem é devido o louvor e a glória agora e nos séculos futuros.

Dado em Roma, junto de São João de Latrão, na Solenidade da Ascensão de Nosso Senhor Jesus Cristo, 9 de maio do ano 2024, décimo segundo de Pontificado.

FRANCISCO

^[1] *Discursos*, 198 augm., 2.

^[2] Cf. *Fonti Francescane*, n. 263, 6.10.

^[3] Cf. *Misericordiae Vultus*, *Bula de proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia*, nn. 1-3.

^[4] Const. past. *Gaudium et spes*, n. 4.

^[5] Francisco, Carta enc. *Laudato si'*, n. 50.

^[6] Cf. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2267.

^[7] Carta enc. *Laudato si'*, n. 49.

^[8] Francisco, Carta enc. *Fratelli tutti*, n. 262.

^[9] Carta enc. *Laudato si'*, n. 51.

^[10] *Símbolo Niceno*: H. Denzinger – A. Schönmetzer, *Enchiridion Symbolorum definitionum et declarationum de rebus fidei et morum*, n. 125.

^[11] *Ibidem*.

^[12] *Símbolo dos Apóstolos*: H. Denzinger – A. Schönmetzer, *Enchiridion Symbolorum definitionum et declarationum de rebus fidei et morum*, n. 30.

^[13] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1817.

^[14] Const. past. *Gaudium et spes*, n. 21.

^[15] Missal Romano, *Prefácio dos defuntos I*.

^[16] *Confissões*, X, 28.

^[17] Carta enc. *Spe salvi*, n. 47.

^[18] *Catecismo da Igreja Católica*, 1472.

^[19] Carta ap. *Apostolorum limina*,
23.05.1974, II.

^[20] *Nican Mopohua*, n. 119.

^[21] Conc. Ecum. Vat. II, Const. dogm.
Lumen gentium, 68.

pdf | Documento gerado
automaticamente de [https://
opusdei.org/pt-br/article/spes-non-
confundit-bula-de-proclamacao-do-
jubileu-ordinario-do-ano-2025/](https://opusdei.org/pt-br/article/spes-non-confundit-bula-de-proclamacao-do-jubileu-ordinario-do-ano-2025/)
(20/01/2026)